

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Quarta-feira, 09 de setembro de 2009

| INTERVENÇÃO FEDERAL |

Assembleia registra clima de incerteza

DEPUTADOS EVITAM FALAR NA SESSÃO SOBRE EMBATE COM O JUDICIÁRIO; VICE-PRESIDENTE DA CASA, ALBERTO SEXTAFEIRA DEFENDE CONCILIAÇÃO

| NIVIANE RODRIGUES
Repórter

A Justiça mandou afastá-lo, mas ontem ele continuava lá. Participou dos trabalhos e até votou. Tudo permaneceu como antes na Assembleia de Alagoas, na sessão que iniciou a semana legislativa. Cícero Ferro (PMN), o deputado pivô de uma queda-de-braço entre Judiciário e Legislativo, não arredou pé do mandato, mesmo diante da ameaça de intervenção federal que a Casa pode sofrer. Durante toda a tarde o clima na ALE foi de aparente incerteza. Os deputados que “arriscaram” usar a tribuna da Casa para falar, preferiram fazer uso de um tom mais ameno. Ninguém, porém, usou a tribuna para abordar o tema “intervenção”. A maioria parecia evitar falar sobre o assunto, que se transformou em polêmica.

A oposição falou, mas não na tribuna da Casa. Optou pelo contato com a imprensa para dar sua opinião sobre o caso. Até então, mantinha-se em silêncio, embora tenha votado contra o decreto que livra o parlamento de cumprir as decisões judiciais de afastar Cícero Ferro de suas funções. O deputado Paulo Fernando dos Santos, o Paulão (PT) disse que o decreto é legítimo, por ter sido aprovado pela ampla maioria dos deputados [foram 20 a 3]. A legalidade, segundo Paulão, é que pode agora ser contestada. “Essa é uma briga declarada de poderes, cuja resposta quem tem que dar é o Judiciário”, afirmou. Na opinião do deputado, a Justiça tem três caminhos a seguir: “Acatar o decreto, recorrer ao STF [Supremo Tribunal Federal] ou pedir intervenção”.

O petista entende que “negar a existência da briga entre po-



Cícero Ferro participou da sessão de ontem alheio à crise aberta entre Legislativo e Judiciário

deres, como vem fazendo o presidente da Assembleia, deputado Fernando Toledo (PSDB), é não querer enfrentar a realidade. O desembargador Orlando Manso [que mandou afastar Ferro] já disse de forma clara que pedirá a intervenção federal caso a Assembleia não cumpra a determinação judicial. Um pedido de intervenção só é feito quando existe briga entre poderes. Apesar da postura diplomática do deputado Fernando Toledo, hoje existe sim uma crise evidente entre Legislativo e Judiciário”, ressalta o parlamentar.

E a crise, segundo Paulão, se instalou à medida em que o Legislativo assumiu o caso Cícero Ferro, baixou um decreto e levou à votação em plenário. “A briga agora não é mais de um deputado com o Judiciário”, disse e ressaltou: “Tenho a impressã-

o que não será resolvida em Alagoas. Provavelmente será questionada no STF”.

O deputado Rui Palmeira (PR) tem o seguinte entendimento: “Um decreto legislativo não pode sustar os efeitos de uma decisão judicial. Decreto não gera efeito. Ou cumpre-se a decisão judicial ou do contrário arca-se com as consequências; com medidas coercitivas, que vão de multa a pedido de prisão”, diz. Ele afirma que ao baixar decreto blindando parlamentar, a Assembleia coloca deputado como se estivesse acima da lei. “Isso pode aumentar a crise no Legislativo, ao invés de arrefecer os ânimos”.

Na opinião de Rui, o decreto não vai resolver o problema do Legislativo, no entanto “a intervenção não é um procedimento simples. Ao contrário,

é um processo raríssimo”. Ele cita um caso ocorrido no Pará, em 2007, quando a Justiça deu um prazo ao Estado para que cumprisse determinação judicial, sob ameaça de sofrer intervenção da União. “É um processo traumático, que só aumenta a tensão entre Judiciário e Legislativo pela complexidade do próprio pedido”.

Ontem também, o líder do governo na Assembleia e vice-presidente da Casa, Alberto Sextafeira (PSB) disse que está conversando com os deputados para tentar uma conciliação com o Judiciário. Sextafeira disse que não se coloca como “salvador”, mas afirmou que acredita na independência e sobretudo na harmonia entre os poderes. “O sentimento da maioria nessa Casa é de buscar o diálogo com o Tribunal de Justiça”, afirmou.